

Área temática: **Temas fundamentais das contratações públicas**

Contratações públicas – Temas polêmicos e soluções aplicadas

21 a 25 . SET ✖ carga horária: 20 horas

Aplique com segurança a Lei nº 14.133/2021, discutindo aspectos polêmicos e temas de destaque relacionados com o planejamento e julgamento da licitação e com a execução dos contratos.

A seguir, conheça o **PROGRAMA COMPLETO!**

O curso

Este Curso foi estruturado para aprofundar o conhecimento prático na aplicação da Lei nº 14.133/2021. Mais do que apresentar conceitos teóricos, busca enfrentar os desafios reais e esclarecer as dúvidas que surgem no cotidiano das contratações públicas.

Os temas escolhidos estão na pauta diária de quem lida com as contratações públicas: segregação de funções, responsabilidade dos agentes, PC, ETP, TR, pesquisa de preços, SRP, hipóteses de dispensa, credenciamento e execução contratual.

Nosso objetivo é capacitar os participantes a aplicar a Lei de Licitações e seus regulamentos com segurança, trazendo luz às principais controvérsias a partir da legislação e da jurisprudência mais atual, com especial atenção para os entendimentos do TCU.

A metodologia combina aulas expositivas e dialogadas, resolução de questões polêmicas, análise de casos práticos e um espaço dedicado exclusivamente ao esclarecimento das dúvidas dos participantes, proporcionando aprendizado dinâmico e aplicável.

Quem deve participar:

- **Agentes de contratação**
- **Pregoeiros**
- **Equipes de apoio**
- **Comissões de contratação**
- **Auditoria interna**
- **Assessoria jurídica**
- **Controles interno e externo**
- **Agentes que atuam em licitações, contratos e contratações diretas**

Motivos para participar

Domine a aplicação prática da Lei nº 14.133/2021, com foco nas situações que realmente surgem no dia a dia da Administração.

Atualize-se com os entendimentos mais recentes do TCU e do Judiciário, fundamentais para a segurança jurídica nas decisões.

Troque experiências com profissionais de diferentes órgãos e esferas da Administração Pública.

Esclareça polêmicas e controvérsias diretamente com especialistas que atuam na área.

Evite riscos de responsabilização pessoal, entendendo limites de atuação e responsabilidades dos diversos agentes.

Aprenda com casos práticos que simulam desafios reais enfrentados na Administração.

Garanta maior eficiência e transparência nas contratações públicas.



Os professores

Currículos descritivos na próxima página.



**Manuela Martins
de Mello**



**Rodrigo Vissotto
Junkes**



**Solange Afonso
de Lima**



**Suzana
Rossetti**

Manuela Martins de Mello

Advogada. Consultora jurídica na área de licitações e contratos e regime de pessoal. Especialista em Direito Administrativo pela Faculdade de Direito de Curitiba. Integrante da Equipe de Consultores e da Equipe de Redação da Zênite. Autora de diversos artigos jurídicos.

Rodrigo Vissotto Junkes

Advogado. Doutorando em Direito pela UBA. Mestre em Gestão de Políticas Públicas pela UNIVALI. Especialista em Direito Administrativo e em Direito Civil. Consultor na área de licitações e contratos. Integrante da Equipe de Consultores Zênite. Participante do Observatório Nacional de Políticas Públicas e de cursos no Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Solange Afonso de Lima

Mestre em Direito Econômico e Socioambiental pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Advogada e Consultora jurídica na área de licitações e contratos há mais de vinte e cinco anos. Foi chefe da Assessoria Técnica da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte do Paraná. Integrante da Equipe de Consultores Zênite. Autora de diversos artigos jurídicos.

Suzana Rossetti

Advogada. Mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). Especialista em Direito Constitucional pela Academia Brasileira de Direito Constitucional. Integra a Equipe Técnica da Zênite Informação e Consultoria S.A. Gerente do serviço de Orientação Zênite. Autora da obra *Processos de contratação pública e desenvolvimento sustentável* (Fórum, 2017).

Agenda da capacitação

Data:

21 a 25
SET

Carga Horária:

20
horas
(14h às 18h)*

Replay:

por até
07
dias

* **PERGUNTAS & RESPOSTAS:** Ao final de cada aula, será destinado um tempo para troca de ideias e solução para as dúvidas enviadas via *chat*.



Programação completa



Aulas 1 e 2 • Dias 21 e 22 de setembro, 14h às 18h

Professor: **Rodrigo Vissotto Junkes**

ATORES, ATRIBUIÇÕES, SEGREGAÇÃO DE FUNÇÕES E RESPONSABILIDADE

- 01** De acordo com a Lei nº 14.133/2021, quais as atribuições e responsabilidades destes atores: agente de contratação, pregoeiro, comissão e banca julgadoras, equipe de apoio, setor requisitante, assessoria jurídica, controle interno, fiscais, gestor e autoridade?
- 02** Quais os desafios práticos para dar efetividade ao princípio da segregação de funções? É possível indicar balizas objetivas e limites para sua aplicação? Um mesmo agente pode ser pregoeiro e agente de contratação? Pregoeiro é agente de contratação? Agente que atua no planejamento pode atuar no julgamento e no contrato? E quem atua no julgamento pode atuar no contrato? Os entendimentos do TCU estão alinhados com a realidade de algumas estruturas administrativas?
- 03** Quais as responsabilidades dos agentes por ações e omissões? O que é erro grosseiro e qual a importância de sua compreensão no contexto da responsabilização dos agentes? A disciplina da Lei nº 14.133/2021 está em alinhamento com a disciplina da LINDB e com as orientações atuais do Judiciário e do TCU?

PLANEJAMENTO DAS CONTRATAÇÕES: GOVERNANÇA, PCA, PLS, DFD, ETP, TR, PESQUISA DE PREÇOS

Algumas questões serão abordadas e resolvidas por meio de casos práticos

- 04** Na prática, o que significa a governança das contratações? Quais os pontos de destaque da Portaria nº 8.678/2021 e os principais instrumentos de governança?
- 05** O que é Plano de Contratações Anual (PCA)? O que é Plano de Logística Sustentável (PLS)? Qual é sua importância e sua finalidade? Quais os pontos de destaque da Portaria nº 8.678/2021 e do Decreto nº 10.947/2022?
- 06** Qual o conteúdo mínimo do documento de formalização da demanda (DFD), do estudo técnico preliminar (ETP) e do termo de referência (TR)? O que diferencia esses documentos? Quais as boas práticas a serem adotadas na elaboração desses documentos? Quais os pontos de destaque da IN nº 58/2022 e da IN nº 81/2022?

- 07** O que envolve a gestão de riscos de acordo com a Lei nº 14.133/2021? Todas as contratações devem ter análise de riscos? O que isso significa na prática? Qual o entendimento do TCU? Qual a distinção entre mapa de riscos, matriz de riscos e cláusula de alocação dos riscos? Qual o conteúdo de cada um desses instrumentos?
- 08** Sobre a estimativa do valor da contratação e da pesquisa de preços, de acordo com a Lei nº 14.133/2021 e a IN nº 65/2021, pergunta-se:
- Quais as fontes/parâmetros de pesquisa, o prazo da pesquisa e o número de orçamentos que devem instruir o processo? Podem ser combinados?
 - Quais as metodologias para a definição de preços estimado e máximo? Conforme a Lei nº 14.133/2021, o critério de aceitabilidade de preços para fins de julgamento pode ser o preço estimado ou o preço máximo? Qual o impacto aplicado sobre esse tema?
 - Quem é responsável pela pesquisa de preços?
 - Quais são as recomendações diante de grandes variações na cesta de preços pesquisada? Quais as orientações reiteradas do TCU sobre esse tema?
 - Segundo a Lei nº 14.133/2021, o orçamento pode ou deve ser sigiloso? O que deve sempre ser divulgado no edital? Até que momento do procedimento o orçamento permanecerá sigiloso?
 - Diante de desatualização da pesquisa e do valor estimado, qual procedimento deve ser adotado? Qual o impacto aplicado no julgamento da licitação?



Aula 3 • Dia 23 de setembro, 14h às 18h

Professora: **Solange Afonso de Lima**

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Algumas questões serão abordadas e resolvidas por meio de casos práticos

- 09** Quais as hipóteses de cabimento do SRP? É possível contratar obras e serviços de engenharia por SRP? É possível contratar serviços contínuos por SRP?
- 10** É possível formalizar SRP por dispensa e por inexigibilidade? Em que casos? É possível formalizar um SRP por dispensa e por inexigibilidade para atender apenas um órgão ou uma entidade?
- 11** O que é procedimento de intenção de registro de preços (IRP)? Qual seu objetivo? Qual o fluxo (passo a passo) e o prazo previstos no Decreto nº 11.462/2023 para realizar a IRP?
- 12** A IRP deve ser aberta em todos os processos? É possível limitar o número de participantes da IRP? É possível que uma estatal abra uma IRP apenas para estatais?
- 13** O que é cadastro reserva e como funciona? Qual o fluxo (passo a passo) a ser observado?
- 14** Quais as condições para a adesão à ata por não participantes (caronas)? Quais os cuidados a serem observados na decisão de aderir a uma ata de SRP? Como deve ser demonstrada a vantajosidade pela adesão a ata de registro de preços? O que precisa ser levantado e demonstrado para a instrução segura do procedimento? Quais as recomendações reiteradas do TCU sobre o tema e quais os erros comuns nessa instrução e que têm gerado polêmicas e responsabilizações?

- 15** Quais os limites previstos para a adesão à ata por não participantes (caronas)? Quais casos não estão sujeitos aos limites de adesão? Deve haver manifestação do jurídico do órgão participante para a adesão?
- 16** De acordo com a Lei nº 14.133/2021, a adesão ocorre entre órgãos/entidades de quais esferas? Órgão/entidade municipal pode pegar carona em ata de municípios? Como isso funciona no âmbito das estaduais?
- 17** Ata e contratos dela decorrentes devem ser publicados no PNPC? É possível substituir o termo de contrato por nota de empenho, por exemplo? E para as estaduais, existem especificidades?
- 18** Qual o prazo máximo da ata e dos contratos dela decorrentes? No caso de prorrogação da ata, será ampliado apenas o prazo ou deve ser "devolvido" o quantitativo?
- 19** É possível acrescentar quantitativos da ata e dos contratos dela decorrentes?
- 20** A ata de registro de preços pode ser reajustada, repactuada ou revisada? E os contratos? Qual a disciplina do Decreto nº 11.462/2023 sobre as alterações dos preços registrados e a condução de negociação?



Aula 4 • Dia 24 de setembro, 14h às 18h

Professora: **Suzana Rossetti**

PRINCIPAIS HIPÓTESES DE DISPENSA, CONTRATAÇÃO DE REMANESCENTE E O CREDENCIAMENTO

Algumas questões serão abordadas e resolvidas por meio de casos práticos

- 21** Quais os cuidados para não incorrer em fracionamento indevido? Qual o papel do Plano de Contratações Anual como instrumento para afastar o fracionamento indevido? O que deve ser entendido por "unidade gestora" e por "ramo de atividade"? Os precedentes do TCU podem ser adotados para referenciar a interpretação sobre esse tema?
- 22** Todas as dispensas em razão do valor devem ser feitas com a participação exclusiva de micro e pequenas empresas?
- 23** No caso de contratação de serviços/fornecimentos contínuos, é possível realizar uma dispensa pelo valor por exercício? E se prevista a prorrogação, estará afastada a dispensa pelo valor ou deve ser considerado sempre o valor do exercício?
- 24** Durante a execução de um contrato precedido de licitação, surgiu uma demanda cujo valor está dentro do limite de dispensa. Pode ser realizada uma dispensa pelo valor para atender a essa necessidade específica?

- 25** Qual a previsão da Lei nº 14.133/2021 quanto ao procedimento nas dispensas pelo valor com objetivo de obter propostas adicionais e quanto à forma de pagamento nessa hipótese de dispensa? Trata-se da dispensa eletrônica conforme a IN nº 67/2021? Quando é cabível?
- 26** Quais as condições previstas na Lei nº 14.133/2021 para a dispensa quando a licitação for fracassada e deserta? O que merece destaque e atenção?
- 27** Em quais casos a Administração pode considerar a contratação de licitantes na ordem de classificação e a contratação de remanescente de obra, serviço ou fornecimento, tendo em vista que não está mais entre as hipóteses de dispensa previstas no art. 74 da nova Lei? Quais os pontos de atenção, fluxos e boas práticas na contratação de remanescente?
- 28** A Lei nº 14.133/2021 trouxe uma série de novidades sobre o credenciamento. A respeito do tema, pergunta-se:
- De acordo com a nova Lei, quando é cabível o credenciamento? Como entender (i) as contratações paralelas e não excludentes; (ii) as contratações a critério de terceiro; e (iii) os mercados fluidos? A oscilação de preços em determinados setores, como o de materiais para manutenção predial, caracteriza mercado fluido para fins de credenciamento?
 - Há uma tendência na ampliação do cabimento do credenciamento. O que tem dito o TCU? Quais as diretrizes para um balizamento seguro considerando a disciplina legal?
 - Quais os mecanismos de escolha do prestador/executor?
 - O sorteio é compatível com o credenciamento?



Aula 5 • Dia 25 de setembro, 14h às 18h

Professora: **Manuela Martins de Mello**

CONTRATOS ADMINISTRATIVOS: FORMALIZAÇÃO, DURAÇÃO E PRORROGAÇÃO, REVISÃO, REAJUSTE E REPACTUAÇÃO, MATRIZ DE RISCOS, ALTERAÇÕES E SEUS LIMITES, EXTINÇÃO E APLICAÇÃO DE SANÇÕES

Algumas questões serão abordadas e resolvidas por meio de casos práticos

- 29** Em quais casos o instrumento de contrato é obrigatório e quando pode ser substituído? Quais os locais de divulgação dos contratos e quais os prazos a serem observados? Todos os contratos devem ser divulgados no PNCP?
- 30** Sobre a duração dos contratos, quais os pontos de destaque e com impactos aplicados na Lei nº 14.133/2021 sobre determinação dos prazos iniciais, dos prazos máximos e da prorrogação?

- 31** Os contratos por escopo são prorrogados automaticamente de acordo com a Lei nº 14.133/2021? Qual o efeito prático dessa previsão? Quais as repercussões caso a prorrogação decorra de culpa do contratado?
- 32** Quais os limites das alterações contratuais quantitativa, qualitativa, unilateral e por acordo? Os acordos não estão submetidos a limites? A Lei nº 14.133/2021 permite acréscimo sem limites?
- 33** O que é valor inicial atualizado do contrato, para fins de alterações e seus limites, no caso de compras por lote e por item, serviços contínuos e obras?
- 34** Qual a previsão da Lei nº 14.133/2021 sobre o cabimento da revisão, do reajuste e da repactuação? Quais os pontos de destaque e com importante aplicação prática sobre o marco inicial de contagem do reajustamento e a necessidade de sua previsão?
- 35** Conforme a Lei nº 14.133/2021, é possível conceder revisão, reajuste e repactuação após a prorrogação ou o encerramento do contrato? A Lei nº 14.133/2021 trata da preclusão desses direitos? E se o reajuste não estiver submetido a pedido, existe discussão sobre preclusão do direito com a prorrogação?
- 36** Quais os principais motivos da extinção dos contratos? O que deve ser ponderado para a decisão de extinção antecipada do contrato administrativo?
- 37** Quais sanções podem ser aplicadas aos licitantes e contratados?
- 38** Qual a diferença entre as multas moratória e indenizatória? Quando são cabíveis?
- 39** Qual a extensão dos efeitos das sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade? E da suspensão do direito de licitar e contratar?
- 40** Quais os cuidados no processamento da extinção do contrato e de aplicação de sanção?

Investimento

1ºLOTE até dia 21/07/2026

R\$ 3.270,00 por participante

2ºLOTE a partir de 22/07/2026

R\$ 3.600,00 por participante

Carga horária: 20h (com certificação)

Apostila digital

Ebook Bônus:

Lei de licitações e contratos administrativos e legislação correlata sobre contratação pública

CONDIÇÃO ESPECIAL

04+01

A cada 04 inscrições pagantes, a Zênite disponibilizará 01 inscrição cortesia.



Certificação Zênite:
qualidade e excelência garantida.

Opções de pagamento

O pagamento da inscrição deverá ser efetuado em nome de ZÊNITE INFORMAÇÃO E CONSULTORIA S.A., CNPJ 86.781.069/0001-15.

Envio de Nota de Empenho/Ordem de Serviço ou Autorização de Fornecimento, com posterior pagamento em uma das contas bancárias indicadas abaixo:

Banco do Brasil | Ag.: 3041-4 | Cc: 84229-X

Banco Bradesco | Ag.: 5750 | Cc: 0797822-7

Caixa Econômica | Ag.: 5746 | Cc: 000578231404-0

Banco Itaú | Ag.: 3833 | Cc: 63040-7

Banco Santander | Ag.: 3837 | Cc: 13001725-8

Observação: Para o mercado privado, outras opções de pagamento estarão disponíveis, como:

Boleto / Transferência bancária / Depósito / Pix



O que dizem os participantes

Depoimentos de quem já participou de capacitações Zênite Online!

O curso foi excelente, com um material didático de alta qualidade e professores super capacitados. Parabéns!



IOLANDA SILVA ROSA PINTO
Prefeitura de Oliveira / MG

Esse curso foi absurdamente esclarecedor para a rotina do meu serviço. A qualidade, capricho e excelência Zênite não se vê com facilidade em outras empresas. Parabéns a toda a organização desse evento.



RENATA SAJOVIC MARTINS
Prefeitura Municipal de Bauru / SP

Os cursos de vocês são sempre bem objetivos o que ajuda a prender a atenção dos participantes.



IVO SILVEIRA FILHO
Ministério Público / SC

O curso foi bem satisfatório superando minhas expectativas. Foi abordado de forma clara e na prática os principais aspectos do tema relacionado e os desafios mais comuns a serem enfrentados.



ANA CARLA SOARES MONTEIRO
Corpo de Bombeiros Militar / RJ

Parabéns a todas as equipes envolvidas no evento de alto nível! Foi um sucesso! A organização, a equipe técnica, os palestrantes... Todos fizeram um excelente trabalho!



HELVIDIO CESAR MEDEIROS TERRA
TJ / MT

Foi uma oportunidade única onde o conhecimento foi disseminado com maestria.



OSWALDO PEREIRA
CRC - Conselho Regional de Contabilidade / SP

Importante

O link para acesso ao certificado será enviado para o e-mail indicado na inscrição até 15 dias após o término do curso (última aula). O percentual de frequência que constará no certificado corresponderá ao tempo de audiência no curso (aulas ao vivo e replay, para o qual é considerado o período de disponibilização de 7 dias). Decorridos os 7 dias do replay, serão emitidos os certificados, independentemente de qualquer outro fator. A aferição da presença é realizada via sistema por meio do acesso de login e senha do participante, que são individuais e intransferíveis.

Cada senha de acesso à sala virtual dá direito a um único acesso e certificação. A senha não deve ser compartilhada. É vedada a captação de som ou imagem das aulas, bem como seu compartilhamento por qualquer meio ou mídia.

A ZÊNITE reserva-se o direito de cancelar unilateralmente a realização do curso ou ainda reagendar data/horários de realização, comprometendo-se a informar antecipadamente os inscritos, o que não caracterizará infração administrativa ou civil, ficando isenta de qualquer sanção, indenização ou reparação (material e moral).



Questões técnicas

Para o bom funcionamento da plataforma, recomendamos as seguintes especificações técnicas mínimas:

Computador: Processador i3 3Ghz Dual Core / 4GB RAM - Internet de 10Mbps (de preferência por cabo).

Browser: Recomenda-se utilizar o Google Chrome, Edge, Opera ou Safari. Evitar o Explorer.

Banda ideal: Inbound participante: 3 Mbps.

Para o acesso à plataforma do curso é necessário que a rede (privativa ou corporativa) tenha liberada a reprodução de Mídias streaming e permita acesso aos domínios: <https://zeniteonline.com.br>; *.pluz.app; <https://player.vimeo.com>; *.vimeo.com; *.vimeocdn.com;

Importante: Se essas especificações não forem atendidas, a qualidade do recebimento da transmissão do curso (áudio e vídeo) poderá ficar prejudicada.

**PLANEJAMENTO ANUAL
DE CAPACITAÇÃO**

2026

Baixe aqui o arquivo!



Confira **os cursos**,
seminários e encontros Zênite
programados para **2026**.

Programa o desenvolvimento e
o aperfeiçoamento de sua equipe.

Mais informações: www.zenite.com.br / evento@zenite.com.br

WhatsApp (41) 8881.6616 / Tel (41) 2109.8666

Av. Sete de Setembro, 4698 | Batel | Curitiba PR | CEP 80240-000